

STJ00109327

André de Carvalho Ramos

Curso de Direitos Humanos

7ª edição

2020

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseduacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão	Lígia Alves
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Corprint

ISBN 978-85-536-1401-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Ramos, André de Carvalho

Curso de Direitos Humanos / André de Carvalho Ramos. –
7. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020
1.040 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1401-1 (impresso)

1. Direitos humanos - Brasil 2. Direitos humanos (Direito internacional) I. Título.

20-0099

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos e direito internacional 341:347.121.1

Data de fechamento da edição: 22-10-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606076 CAE 705864

SUMÁRIO

Apresentação da 7ª edição	23
PARTE I – ASPECTOS BÁSICOS DOS DIREITOS HUMANOS	
Capítulo I – Direitos humanos: conceito, estrutura e sociedade inclusiva	31
1. Conceito e estrutura dos direitos humanos.....	31
2. Conteúdo e cumprimento dos direitos humanos: rumo a uma sociedade inclusiva.....	32
Capítulo II – Os direitos humanos na história.....	35
1. Direitos humanos: faz sentido o estudo das fases precursoras?	35
2. A fase pré-Estado Constitucional	36
2.1. A Antiguidade Oriental e o esboço da construção de direitos	36
2.2. A visão grega e a democracia ateniense	37
2.3. A República Romana	38
2.4. O Antigo e o Novo Testamento e as influências do cristianismo e da idade média	38
2.5. Resumo da ideia dos direitos humanos na Antiguidade: a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos	39
3. A crise da Idade Média, início da Idade Moderna e os primeiros diplomas de direitos humanos	40
4. O debate das ideias: Hobbes, Grócio, Locke, Rousseau e os iluministas.....	43
5. A fase do constitucionalismo liberal e das declarações de direitos.....	46
6. A fase do socialismo e do constitucionalismo social.....	49
7. A internacionalização dos direitos humanos.....	50
Capítulo III – Terminologia, Fundamento e Classificação	53
1. Terminologia: os direitos humanos e os direitos fundamentais	53
2. Classificação dos direitos humanos.....	57
2.1. A teoria do <i>status</i> e suas repercussões	57
2.2. A teoria das gerações ou dimensões: a inexauribilidade dos direitos humanos	59
2.3. A classificação pelas funções	63
2.4. A classificação pela finalidade: os direitos e as garantias	64
2.5. A classificação adotada na Constituição de 1988	67
2.5.1. Direitos individuais.....	67
2.5.2. Direitos sociais	68
2.5.3. Direito à nacionalidade.....	69

2.5.4.	Direitos políticos e os partidos.....	70
2.5.5.	Direitos coletivos, difusos e os direitos individuais de expressão coletiva	74
2.5.6.	Os deveres individuais e coletivos	75
2.6.	A classificação pela forma de reconhecimento.....	76
2.7.	Mínimo existencial e a reserva do possível	79
3.	Dignidade humana.....	80
3.1.	Conceito de dignidade humana e seus elementos	80
3.2.	Usos possíveis da dignidade humana	83
4.	Os fundamentos dos direitos humanos.....	87
4.1.	O fundamento jusnaturalista	87
4.1.1.	O jusnaturalismo de origem religiosa e o de origem racional.....	87
4.1.2.	O jusnaturalismo de direitos humanos no direito internacional e no STF	89
4.2.	O positivismo nacionalista.....	91
4.3.	As teorias utilitaristas, socialistas e comunistas do século XIX e a crítica aos direitos humanos	93
4.3.1.	O utilitarismo clássico: Bentham e Stuart Mill	93
4.3.2.	O socialismo e o comunismo	94
4.4.	A reconstrução dos direitos humanos no século XX: a dignidade humana e a abertura aos princípios jurídicos	96
5.	As especificidades dos direitos humanos	97
5.1.	A centralidade dos direitos humanos	97
5.2.	Universalidade, inerência e transnacionalidade	98
5.3.	Indivisibilidade, interdependência e unidade	100
5.4.	A abertura dos direitos humanos, não exaustividade e fundamenta- lidade	102
5.5.	Imprescritibilidade, inalienabilidade, indisponibilidade	103
5.6.	Proibição do retrocesso.....	106
5.7.	A justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais, culturais e am- bientais (DESCAs)	110
6.	A interpretação	113
6.1.	A interpretação conforme os direitos humanos.....	113
6.2.	A interpretação dos direitos humanos: aspectos gerais	114
6.3.	A máxima efetividade, a interpretação <i>pro homine</i> e o princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo.....	119
7.	A resolução dos conflitos entre direitos humanos	123
7.1.	Aspectos gerais: a delimitação dos direitos humanos.....	123
7.2.	Teoria interna	124
7.3.	Teoria externa	127
7.4.	O princípio da proporcionalidade	129
7.4.1.	Conceito e situações típicas de invocação na temática dos direitos humanos.....	129
7.4.2.	Fundamento	131
7.4.3.	Elementos da proporcionalidade	133
7.4.4.	A proibição da proteção insuficiente: o sentido positivo da pro- porcionalidade.....	136

7.4.5. A regra de colisão previamente disposta na Constituição e a ponderação de 2º grau	138
7.4.6. Proporcionalidade e razoabilidade	142
7.4.7. Inconstitucionalidade e proporcionalidade	143
8. A proteção do conteúdo essencial dos direitos humanos e a “garantia dupla”	148
9. Espécies de restrições dos direitos humanos	151
9.1. As restrições legais: a reserva legal simples e a reserva legal qualificada	151
9.2. Os direitos sem reserva expressa: a reserva legal subsidiária e a “reserva geral de ponderação”	152
9.3. As limitações dos direitos humanos pelas relações especiais de sujeição	153

PARTE II – ASPECTOS PRINCIPAIS DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS, DE DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DO DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS

Capítulo I – Os três eixos da proteção internacional de direitos humanos	159
Capítulo II – O sistema universal (ONU)	163
1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos	163
2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	164
2.1. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	169
2.2. Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	169
3. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)	171
3.1. Protocolo Facultativo ao PIDESC	175
4. Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura	178
5. Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio	183
6. Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade	185
7. Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados	188
8. Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes	194
9. Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954)	195
10. Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia (1961)	198
11. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	201
12. Convenção Internacional sobre a supressão e punição do crime de <i>apartheid</i>	204
13. Convenção Internacional contra o <i>apartheid</i> nos esportes	206
14. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e respectivo Protocolo Facultativo	208
15. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e Protocolo Opcional	215
16. Protocolo de Istambul	223

17. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras Nelson Mandela).....	225
18. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok).....	234
19. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.....	238
20. Convenção sobre os Direitos da Criança.....	248
20.1. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados.....	260
20.2. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.....	262
20.3. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Crianças, relativo aos procedimentos de comunicação.....	267
21. Declaração e Programa de Ação de Viena (1993).....	270
22. Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.....	274
23. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.....	278
24. Tratado de Marraqueche sobre acesso facilitado a obras publicadas.....	284
25. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.....	289
26. Princípios de Yogyakarta sobre orientação sexual – “Mais 10”.....	299
27. Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.....	305
28. Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.....	310
29. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.....	313
30. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.....	317
31. Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT).....	324
Capítulo III – O sistema regional americano.....	329
1. A Carta da OEA e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem: aspectos gerais do sistema.....	329
2. Atuação específica da Organização dos Estados Americanos (OEA).....	332
2.1. A OEA e a valorização da Defensoria Pública.....	332
2.2. Os relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão.....	332
3. Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”).....	334
4. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (“Protocolo de San Salvador”).....	346
5. Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte.....	353
6. Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.....	354
7. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”).....	358

8. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	362
9. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado.....	366
10. Carta Democrática Interamericana	370
11. Carta Social das Américas.....	373
12. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas	375
13. Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância.....	378
14. Convenção Interamericana contra o Racismo, Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância	382
15. Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.....	384
16. Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú)	387
Capítulo IV – O sistema do Mercado Comum do Sul (Mercosul)	391
1. Aspectos gerais do Mercosul e a defesa da democracia e dos direitos humanos.....	391
2. Os protocolos de Ushuaia I e II.....	392
3. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul	394
Capítulo V – Mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos direitos humanos: competência, composição e funcionamento	397
1. Aspectos gerais do sistema global (ONU).....	397
2. Conselho de Direitos Humanos.....	398
2.1. Relatores especiais.....	399
2.2. Revisão Periódica Universal.....	400
3. Comitê de Direitos Humanos	403
4. Conselho Econômico e Social e Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	408
5. Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.....	411
6. Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.....	413
7. Comitê contra a Tortura.....	417
8. Comitê para os Direitos da Criança.....	425
9. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	429
10. Comitê contra Desaparecimentos Forçados	430
11. Resumo da atividade de monitoramento internacional pelos Comitês (<i>treaty bodies</i>).....	433
12. Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.....	434
13. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Comissão IDH).....	437
13.1. Aspectos gerais	437
13.2. A Comissão IDH e o trâmite das petições individuais	438
13.2.1. Provocação e condições de admissibilidade	438
13.2.2. A conciliação perante a Comissão	439
13.2.3. As medidas cautelares da Comissão.....	439
13.2.4. O Primeiro Informe e possível ação perante a Corte IDH.....	442

13.2.5. O Segundo Informe	443
13.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	443
13.3.1. Composição e o juiz <i>ad hoc</i>	443
13.3.2. Funcionamento.....	445
13.3.3. Legitimidade ativa e passiva nos processos contenciosos.....	445
13.3.4. O EPAP (ESAP) e o defensor público interamericano.....	445
13.3.5. Contestação, exceções preliminares e provas	447
13.3.6. Os <i>amici curiae</i>	447
13.3.7. As medidas provisórias.....	448
13.3.8. Desistência, reconhecimento e solução amistosa	449
13.3.9. A sentença da Corte: as obrigações de dar, fazer e não fazer.....	449
13.3.10. O recurso cabível	450
13.3.11. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: casos contenciosos.....	450
13.3.12. A jurisdição consultiva da Corte IDH	478
14. Entes e procedimentos da proteção da democracia no Mercosul.....	486

Capítulo VI – O Tribunal Penal Internacional e os direitos humanos 491

1. Os Tribunais precursores: de Nuremberg a Ruanda.....	491
2. O Estatuto de Roma.....	494
3. A fixação da jurisdição do TPI.....	495
4. O princípio da complementaridade e o regime jurídico: imprescritível e sem imunidades	496
5. Os crimes de <i>jus cogens</i>	497
5.1. Genocídio	497
5.2. Crimes contra a humanidade	498
5.3. Crimes de guerra.....	500
5.4. Crime de agressão	500
6. O trâmite.....	501
7. Penas e ordens de prisão processual.....	504
8. O TPI e o Brasil	505

PARTE III – O BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS

1. Da Constituição de 1824 ao Congresso Nacional Constituinte (1985-1987)	515
2. A Constituição de 1988, fundamentos, objetivos e a internacionalização dos direitos humanos.....	518
2.1. Os fundamentos e objetivos da República.....	518
2.2. A expansão dos direitos humanos e sua internacionalização na Constituição de 1988	519
2.3. A supremacia da Constituição e os direitos humanos	520
2.4. Cláusulas pétreas	522
3. Os tratados de direitos humanos: formação, incorporação e hierarquia normativa no Brasil.....	529
3.1. As normas constitucionais sobre a formação e incorporação de tratados	529
3.1.1. Terminologia e a prática constitucional brasileira.....	529

3.1.2. A teoria da junção de vontades.....	530
3.1.3. As quatro fases: da formação da vontade à incorporação	530
3.1.4. A hierarquia normativa ordinária ou comum dos tratados	534
3.2. Processo legislativo, aplicação e hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos em face do art. 5º, e seus parágrafos, da CF/88	540
3.2.1. Aspectos gerais	540
3.2.2. A situação antes da Emenda Constitucional n. 45/2004: os §§ 1º e 2º do art. 5º.....	540
3.3. A hierarquia normativa dos tratados de direitos humanos e a Emenda Constitucional n. 45/2004	542
3.3.1. Aspectos gerais.....	542
3.3.2. As diferentes visões doutrinárias sobre o impacto do rito especial do art. 5º, § 3º, na hierarquia dos tratados de direitos humanos ..	543
3.4. A teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos: natureza constitucional (os aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º) e natureza supralegal (todos os demais).....	546
3.5. O impacto do art. 5º, § 3º, no processo de formação e incorporação dos tratados de direitos humanos	548
3.5.1. O rito especial do art. 5º, § 3º, é facultativo: os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito comum depois da EC 45/2004.....	548
3.5.2. O rito especial pode ser requerido pelo Presidente ou pelo Congresso	549
3.5.3. O decreto de promulgação continua a ser exigido no rito especial	549
4. A denúncia de tratado internacional de direitos humanos em face do direito brasileiro	551
5. A aplicabilidade imediata das normas contidas em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil	553
6. O bloco de constitucionalidade	553
6.1. O bloco de constitucionalidade amplo	553
6.2. O bloco de constitucionalidade restrito.....	554
7. O controle de convencionalidade e suas espécies: o controle de matriz internacional e o controle de matriz nacional	557
8. “O Diálogo das Cortes” e seus parâmetros.....	561
9. A crise dos “tratados internacionais nacionais” e a superação do conflito entre decisões sobre direitos humanos: a teoria do duplo controle.....	563
10. A competência da Justiça Federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.....	566
10.1. O incidente de deslocamento de competência: origens e trâmite.....	566
10.2. A motivação para a criação do IDC e requisitos para seu deferimento..	566
10.3. A prática do deslocamento	567
10.4. As críticas ao IDC.....	570
11. A busca da implementação dos direitos humanos no Brasil.....	574
11.1. O IDH brasileiro e a criação de uma política de direitos humanos....	574
11.2. Os Programas Nacionais de Direitos Humanos 1, 2 e 3	575
11.3. Programas estaduais de direitos humanos.....	581

12. As principais instituições de defesa e promoção dos direitos humanos no Poder Executivo Federal, após o <i>impeachment</i> de 2016 e a reforma de 2017	584
12.1. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	584
12.2. A nova regulamentação dos Conselhos de Participação Social	587
12.3. Secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	589
12.4. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.....	591
12.5. Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	591
12.6. Outros órgãos colegiados federais de defesa de direitos humanos ...	595
12.6.1. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA	595
12.6.2. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE	596
12.6.3. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI.....	597
12.6.4. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD	598
12.6.5. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP.....	599
12.6.6. A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE	600
12.6.7. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH..	601
12.6.8. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR...	602
12.6.9. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM	602
12.6.10 Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa – CNRDR	603
12.6.11 Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua	603
13. No Poder Legislativo Federal: a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM.....	609
14. Ministério Público Federal e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	610
15. A Defensoria Pública da União e a defesa dos direitos humanos.....	613
16. Instituições de defesa de direitos humanos no plano estadual e municipal.	615
16.1. O Ministério Público estadual.....	615
16.2. A Defensoria Pública do Estado e a defesa dos direitos humanos ...	616
16.3. Os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.....	617
17. <i>Custos legis, custos vulnerabilis</i> e o <i>amicus curiae</i> na defesa dos direitos humanos.....	618
18. A instituição nacional de direitos humanos e os “Princípios de Paris”	621
18.1. O conceito de instituição nacional de direitos humanos	621
18.2. Os Princípios de Paris	622
18.3. A instituição nacional de direitos humanos e a ONU	623
18.4. O Brasil e a instituição nacional de direitos humanos: a candidatura da PFDC	624

PARTE IV – OS DIREITOS E GARANTIAS EM ESPÉCIE

1. Aspectos gerais	631
2. Destinatários da proteção e sujeitos passivos	631
3. Direito à vida	634

3.1. Aspectos gerais.....	634
3.2. Início: a concepção, o embrião <i>in vitro</i> e a proteção do direito à vida	635
3.3. Término da vida: eutanásia, ortotanásia, distanásia e suicídio	638
3.4. Pena de morte.....	639
3.4.1. As fases rumo ao banimento da pena de morte	639
3.4.2. O tratamento desumano: o “corredor da morte”	642
4. O direito à igualdade.....	643
4.1. Livres e iguais: a igualdade na era da universalidade dos direitos humanos.....	643
4.2. As dimensões da igualdade	645
4.3. As diversas categorias e classificações doutrinárias.....	646
4.4. O dever de inclusão e a discriminação direta e indireta.....	647
4.4.1. Para obter a igualdade: as medidas repressivas, promocionais e as ações afirmativas.....	650
4.4.2. Discriminação estrutural ou sistêmica e o racismo institucional	657
4.5. A violência de gênero	658
4.5.1. Aspectos gerais da Lei Maria da Penha.....	658
4.5.2. Aspectos penais e processuais penais da Lei Maria da Penha e a ADI 4.424	662
4.5.3. A igualdade material e a ADC 19	663
4.5.4. A Lei n. 13.104/2015: o feminicídio	664
4.6. Decisões do STF e do STJ sobre igualdade	665
5. Legalidade	676
5.1. Legalidade e reserva de lei	676
5.2. Os decretos e regulamentos autônomos (CF, art. 84, IV)	678
5.3. Reserva de lei e Reserva de Parlamento.....	679
5.4. Regimentos de tribunais e reserva de lei	681
5.5. Resoluções do CNJ e do CNMP	682
5.6. Precedentes diversos do STF	682
6. Direito à integridade física e psíquica.....	686
6.1. Direito à integridade física e moral.....	686
6.2. A tortura (art. 5º, III e XLIII) e seu tratamento constitucional e internacional.....	687
6.2.1. O crime de tortura previsto na Lei n. 9.455/97.....	690
6.2.2. O tratamento desumano ou degradante	692
6.2.3. Tortura e penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes como conceito integral. Diferenciação entre os elementos do conceito na jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos (caso irlandês) e seus reflexos no art. 16 da Convenção da ONU contra a Tortura de 1984.....	693
6.2.4. Experimentação humana e seus limites bioéticos: casos de convergência com o conceito de tortura	694
6.3. Precedentes do STF e do STJ.....	695
7. Liberdade de pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	698
7.1. Conceito, alcance e as espécies de censura	698

7.2. A proibição do anonimato, direito de resposta e indenização por danos	704
7.3. A liberdade de expressão e o “discurso de ódio” (<i>hate speech</i>)	705
7.4. Humor, pornografia e outros casos de limite à liberdade de expressão.....	708
7.5. Lei de Imprensa e regulamentação da liberdade de expressão.....	710
7.6. Liberdade de expressão em período eleitoral	711
7.7. Outros casos de liberdade de expressão e suas restrições no STF ...	713
8. Liberdade de consciência e liberdade religiosa.....	716
8.1. Liberdade de consciência.....	716
8.2. Liberdade de crença ou de religião	718
8.3. Limites à liberdade de crença e religião.....	721
9. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem.....	723
9.1. Conceito: diferença entre privacidade (ou vida privada) e intimidade	724
9.2. Direito à honra e à imagem.....	725
9.3. Direito à privacidade e suas restrições possíveis	726
9.4. Direito ao esquecimento e direito à esperança: o conflito entre a privacidade e a liberdade de informação.....	728
9.5. Ordens judiciais restringindo a liberdade de informação em nome do direito à privacidade	732
9.6. Divulgação de informação de interesse público obtida ilicitamente	733
9.7. Inviolabilidade domiciliar	734
9.7.1. Conceito e as exceções constitucionais.....	734
9.7.2. Proibição de ingresso no domicílio e a atividade das autoridades tributárias e sanitárias	736
9.8. Advogado: inviolabilidade do escritório de advocacia e preservação do sigilo profissional.....	737
9.9. O sigilo de dados em geral	738
9.9.1. Sigilo fiscal.....	740
9.9.2. Sigilo bancário.....	742
9.10. O COAF (Unidade de Inteligência Financeira) e os sigilos bancário e fiscal	747
9.11. O CNJ e os sigilos bancário e fiscal.....	749
9.12. Sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica: possibilidade de violação e ausência de reserva de jurisdição	749
9.13. O sigilo telefônico e interceptação prevista na Lei n. 9.296/96, inclusive do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática	750
9.14. A gravação realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro: prova lícita, de acordo com o STF (repercussão geral)	753
9.15. A interceptação ambiental	754
9.16. Casos excepcionais de uso da interceptação telefônica: o “encontro fortuito de crime”, a descoberta de novos autores e a prova emprestada.	754
9.17. Interceptação telefônica ordenada por juízo cível.....	755
9.18. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	757
9.19. Decisões do STF	761
10. Liberdade de informação e sigilo de fonte.....	764

10.1. Jurisprudência do STF	765
11. Liberdade de locomoção	766
11.1. Conceito e restrições à liberdade de locomoção	767
11.2. Hipóteses constitucionalmente definidas para privação de liberdade	767
11.3. Liberdade provisória com ou sem fiança	772
11.4. Prisões nos casos de transgressões militares ou crimes propriamente militares, definidos em lei e as prisões no estado de emergência	772
11.5. Enunciação dos direitos do preso	773
11.6. Direito a não contribuir para sua própria incriminação	775
11.7. Prisão extrapenal	778
11.8. Audiência de apresentação ou custódia	780
11.9. Sistema prisional, uso de algemas e o estado das coisas inconstitucional	783
12. Liberdade de reunião e manifestação em praça pública	787
13. Liberdade de associação	789
13.1. Jurisprudência do STF	790
14. Direito de propriedade	791
14.1. Conceito e função social	792
14.2. As restrições impostas ao direito de propriedade	793
14.3. A desapropriação	794
14.4. Impenhorabilidade	795
14.5. Propriedade de estrangeiros	796
15. Direitos autorais	798
15.1. Direitos autorais e domínio público	798
15.2. A proteção à propriedade industrial	800
16. Direito de herança e Direito Internacional Privado	800
17. Defesa do consumidor	801
17.1. Jurisprudência do STJ	802
18. Direito à informação e a Lei de Acesso à Informação Pública de 2011	803
19. Direito de petição	806
20. Direito à certidão	807
21. Direito de acesso à justiça	808
21.1. Conceito	808
21.2. A tutela coletiva de direitos e a tutela de direitos coletivos	810
21.3. Ausência de necessidade de prévio esgotamento da via administrativa e a falta de interesse de agir	811
21.4. Arbitragem e acesso à justiça	811
22. A segurança jurídica e o princípio da confiança: a defesa do direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada	812
23. Juiz natural e promotor natural	814
23.1. Conceito	814
23.2. A Constituição Federal e o juiz natural: o foro por prerrogativa de função	816
23.3. Juiz natural e crimes eleitorais conexos com crimes federais comuns: a Operação Lava Jato	821
23.4. Promotor natural	822

23.5. Tribunal do Júri.....	823
24. Direitos Humanos no Direito Penal e Processual Penal.....	825
24.1. Princípios da reserva legal e da anterioridade em matéria penal.....	826
24.2. Os mandados constitucionais de criminalização e o princípio da proibição de proteção deficiente.....	827
24.3. Racismo.....	830
24.3.1. O crime de racismo e sua abrangência: o antissemitismo e outras práticas discriminatórias.....	830
24.3.2. O estatuto constitucional punitivo do racismo e o posicionamento do STF: o caso do antissemitismo e outras práticas discriminatórias.....	832
24.3.3. O racismo homotransfóbico.....	834
24.4. Lei dos Crimes Hediondos, liberdade provisória e indulto.....	837
25. O regramento constitucional das penas.....	838
26. Extradicação e os direitos humanos.....	842
26.1. Conceito.....	842
26.2. Juízo de delibação e os requisitos da extradicação.....	844
26.3. Trâmite da extradicação.....	847
27. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa.....	848
27.1. Conceito.....	848
27.2. O devido processo legal e o duplo grau de jurisdição.....	853
28. Provas ilícitas.....	853
28.1. Conceito.....	854
28.2. Aceitação das provas obtidas por meios ilícitos e teoria dos frutos da árvore envenenada.....	854
28.3. Direito à prova e cooperação jurídica internacional.....	855
29. A presunção de inocência e suas facetas.....	856
29.1. Aspectos gerais da presunção de inocência.....	856
29.2. A execução provisória ou imediata da pena criminal após o julgamento proferido em grau de apelação.....	858
30. Identificação criminal.....	862
31. Ação penal privada subsidiária.....	863
32. Publicidade dos atos processuais.....	864
33. Prisão civil.....	864
34. Assistência jurídica integral e gratuita.....	865
35. Defensoria Pública.....	865
35.1. Conceito, inserção constitucional e poderes.....	865
35.2. Funções institucionais da Defensoria Pública.....	867
36. O direito à duração razoável do processo.....	869
37. Justiça de transição, direito à verdade e justiça.....	869
38. Garantias fundamentais.....	872
38.1. <i>Habeas corpus</i>	872
38.2. Mandado de segurança.....	875
38.3. Mandado de segurança coletivo.....	877
38.4. Mandado de injunção.....	880
38.5. <i>Habeas data</i>	883

38.6. Ação popular.....	885
38.7. Direito de petição.....	888
38.8. Ação civil pública.....	888
39. Direito à saúde.....	889
39.1. Aspectos gerais.....	889
39.2. Sistema Único de Saúde.....	893
39.3. Jurisprudência do STF.....	895
40. Sistema Único de Assistência Social.....	898
41. Direito à educação.....	899
41.1. Aspectos gerais.....	899
41.2. O direito à educação democrática e o direito à educação emancipadora.....	902
41.3. Jurisprudência do STF.....	904
42. Direito à alimentação.....	906
43. Direito à moradia.....	908
44. Direitos das pessoas com deficiência e das pessoas com transtornos mentais.....	910
44.1. Direitos das pessoas com deficiência e a Lei n. 13.146/2015.....	910
44.2. Direitos das pessoas com transtornos mentais.....	916
44.3. Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.....	918
45. Direito à mobilidade.....	919
46. Direitos indígenas.....	920
46.1. Noções gerais: terminologia.....	920
46.2. Tratamento normativo até a Constituição de 1988.....	922
46.3. Indígenas na Constituição. Competência. Ocupação tradicional. Aplicação da lei brasileira.....	925
46.3.1. Aspectos gerais: os princípios e os dispositivos constitucionais.....	925
46.3.2. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e o “renitente esbulho”. O marco temporal da ocupação.....	927
46.3.3. A jurisprudência da Corte IDH e a matéria indígena: o Diálogo das Cortes.....	931
46.3.4. O direito à consulta livre e informada das comunidades indígenas e o respeito às tradições: o pluralismo jurídico.....	932
46.4. Povos indígenas e comunidades tradicionais em face do Direito Internacional.....	934
46.5. Autonomia e questão tutelar.....	936
46.6. A demarcação contínua e as suas condicionantes: o caso Raposa Serra do Sol.....	937
46.6.1. A demarcação das terras indígenas.....	937
46.6.2. O Caso Raposa Serra do Sol e as condicionantes.....	938
46.7. Direito penal e os povos indígenas.....	943
46.8. Aspectos processuais.....	945
46.9. Questões específicas da matéria indígena.....	946
47. Direito à nacionalidade.....	948
47.1. Nacionalidade na gramática dos direitos humanos.....	948
47.2. Nacionalidade originária e a Emenda Constitucional n. 54/2007.....	949

47.3. Nacionalidade derivada ou secundária (adquirida).....	951
47.4. Quase nacionalidade.....	953
47.5. Diferença de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados	954
47.6. Perda e renúncia ao direito à nacionalidade.....	955
48. Direitos políticos.....	959
48.1. Conceito: o direito à democracia.....	959
48.2. Democracia indireta ou representativa, democracia direta e democracia semidireta ou participativa.....	963
48.3. A democracia partidária: os partidos políticos.....	964
48.4. Os principais institutos da democracia direta utilizados no Brasil....	970
48.5. Os direitos políticos em espécie: o direito ao sufrágio.....	972
48.5.1. Noções gerais.....	972
48.5.2. Capacidade eleitoral ativa: a alistabilidade.....	974
48.5.3. A capacidade eleitoral passiva: a elegibilidade.....	976
48.5.4. A capacidade eleitoral passiva: as inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais.....	977
48.5.5. Direito à boa governança e o controle de convencionalidade da Lei da Ficha Limpa: o caso Lula.....	982
48.6. Perda e suspensão dos direitos políticos.....	986
48.7. A segurança da urna eletrônica e o direito ao voto seguro.....	991
49. Direitos sexuais e reprodutivos.....	993
49.1 A proteção dos direitos sexuais e reprodutivos.....	993
49.2 Direito à livre orientação sexual e identidade de gênero.....	997
50. Direitos dos migrantes.....	1001
50.1. Aspectos gerais.....	1001
50.2. Histórico brasileiro do tratamento jurídico ao migrante.....	1004
50.2.1. Fase do estrangeiro como inimigo.....	1004
50.2.2. Fase do estrangeiro como imigrante e fator de desenvolvimento.....	1006
50.2.3. Fase do controle e xenofobia.....	1006
50.2.4. Fase da segurança nacional.....	1008
50.2.5. A CF/88 e a fase da igualdade e garantia.....	1008
50.3. A nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017).....	1009
50.3.1. Aspectos gerais da nova lei.....	1009
50.3.2. As principais características.....	1010
50.4. As medidas administrativas de retirada compulsória do imigrante ..	1016
50.4.1. Aspectos gerais.....	1016
50.4.2. A repatriação.....	1017
50.4.3. A deportação.....	1018
50.4.4. A expulsão.....	1019
50.5. A Portaria n. 770/2019 e a saída compulsória de estrangeiros por razões sérias de prática de crimes.....	1020
50.6. A detenção e o direito à notificação da assistência consular.....	1022
51. Direitos dos quilombolas.....	1023
Referências.....	1027